

“BNCC, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: TENSÕES E DESAFIOS”

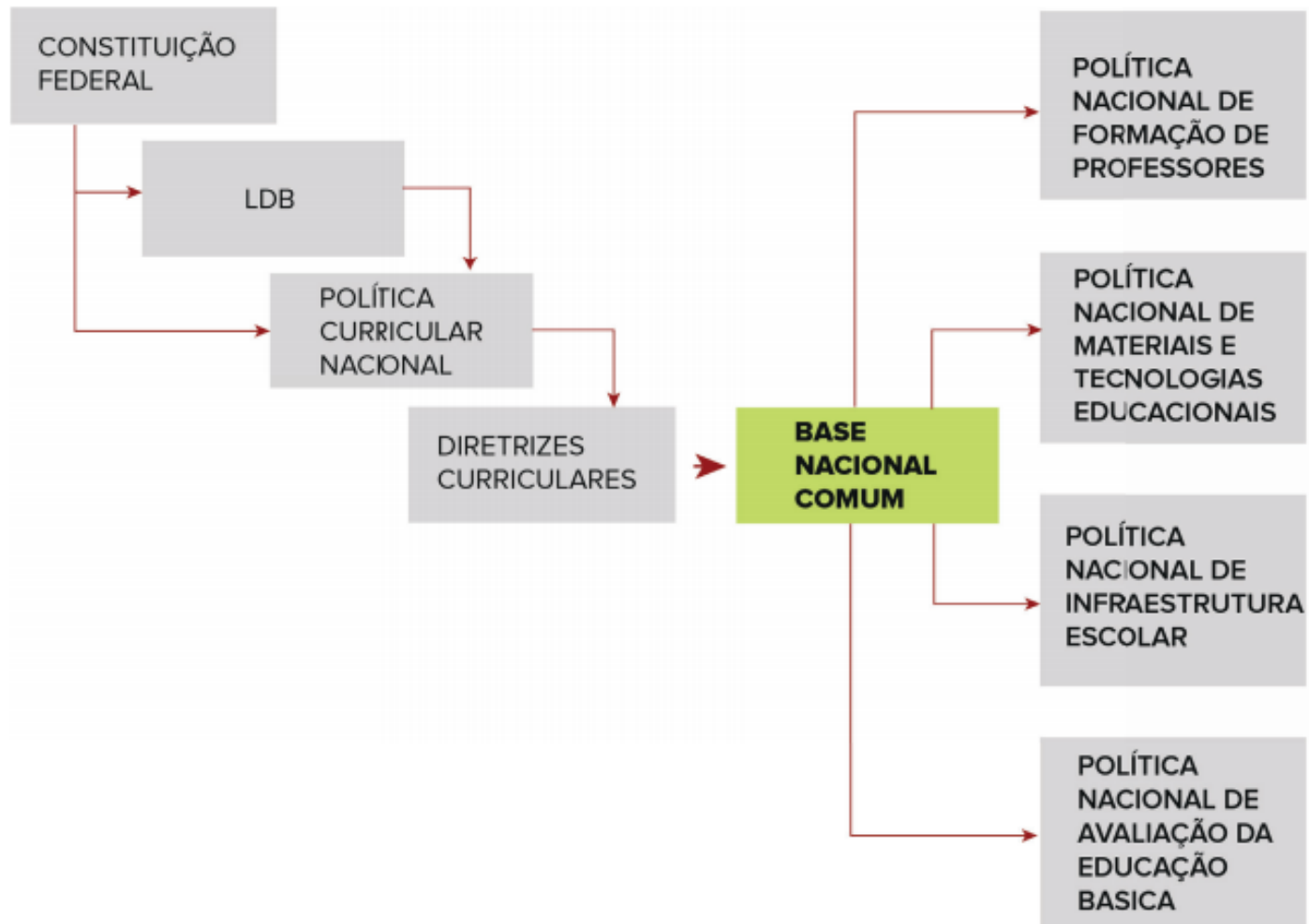
V CONAVE
Hilda Micarello
Faculdade de Educação
CAED/UFJF

O QUE É A BNCC?

Uma base comum curricular, documento de caráter normativo, é **referência para que as escolas e os sistemas de ensino elaborem seus currículos**, constituindo-se instrumento de gestão pedagógica das redes. Para tal, precisa estar articulada a um conjunto de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, que permitam a efetivação de princípios, metas e objetivos em torno dos quais se organiza (BNCC, p. 25).

A BNCC foi homologada pelo CNE por meio da resolução CN/CP no. 02, de 22 de dezembro de 2017 .

A Base Nacional Comum como uma das ações da Política Nacional de Educação Básica




O ORDENAMENTO LEGAL QUE REGULAMENTA A EXISTÊNCIA DE UMA BASE COMUM PARA OS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Constituição de 1988 – conteúdos mínimos

LDB no. 9394/1996 – base nacional comum e parte diversificada

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e demais
diretrizes 2009/2013 – base nacional comum e parte diversificada

Plano Nacional de Educação (2014-2024) – metas de qualidade –
Base Nacional Comum Curricular – direitos e objetivos de
aprendizagem e desenvolvimento – **pacto interfederativo**




“Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política” (Bowe et al., 1992 apud Mainardes, 2006, p.52).

TEMAS EM DISPUTA

A legitimidade da BNCC e do seu sentido no âmbito da Política Nacional para a Educação Básica: Autonomia das escolas e professores X Normatização dos currículos ;

Os princípios que fundamentam a existência da BNCC: projeto de sociedade e de formação expressos no documento.

A legitimidade das escolhas expressas no conteúdo das diferentes etapas e áreas da educação básica: disputas epistemológicas no interior das áreas de conhecimento; disputas corporativas.



Processo de elaboração da BNCC
para a **educação infantil, ensino
fundamental e ensino médio**

INTERLOCUTORES

- Entidades representativas do campo educacional: formação de professores, Pós-Graduação, associações das áreas de conhecimento.
- **Estados e municípios – CONSED e UNDIME.**
- **Especialistas das áreas de conhecimento, pesquisadores das universidades.**
- Entidades profissionais.
- **Fundações privadas e movimentos da sociedade civil – Fundação Lemann, Movimento Todos pela Educação.**

COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES

- **Assessores da SEB** para as etapas de escolarização e áreas de conhecimento. Coordenadores das equipes de elaboração dos documentos: professores/pesquisadores das universidades, atuantes em cursos de licenciatura e com experiência anterior na elaboração de currículos.

-**Equipes de elaboração:** professores/pesquisadores das universidades, atuantes em **cursos de licenciatura** e com experiência anterior na elaboração de currículos; **técnicos das secretarias de educação** envolvidos com a questão curricular (indicações CONSED); **professores da educação básica** atuantes em diferentes etapas de escolarização e áreas de conhecimento (indicações CONSED e UNDIME)

PROCESSO DE ELABORAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DO DOCUMENTO 1ª. E 2ª. VERSÕES


- **Versão 1 documento:**

- consulta aos currículos nacionais. Negociações internas às equipes de elaboração sobre o que seria basilar em cada etapa/área de conhecimento;
- Consulta à sociedade (Portal da Base, **Reuniões com pesquisadores das áreas de conhecimento**, Debates nos estados e municípios mediados pelos Comitês da Base);
- Disputas em torno dos sentidos da BNCC no contexto das políticas para a educação básica e em torno do conteúdo do documento.

- **Versão 2**

- **Impeachment da Presidente Dilma Rousseff**

- **Seminários Estaduais**

- 
- Dissolução das equipes de assessores e elaboradores.
 - Constituição de uma nova equipe de elaboração, composta basicamente por especialistas de São Paulo.

Versão 3

- 5 audiências públicas promovidas pelo CNE.

Versão 4

- Homologada pelo CNE em dezembro de 2017.

CONTEXTO DE HOMOLOGAÇÃO DA BNCC: TENSÕES

- Acirramento de polarizações, em virtude da instabilidade do quadro político e institucional do país: desqualificação das universidades, ingerências sobre as escolas (“Escola sem Partido”); questionamentos ao caráter republicano que perpassou a própria construção da BNCC;
- Polêmicas face a mudanças não negociadas no texto da BNCC: direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento X competências, habilidades e objetos de conhecimento; exclusão de referências às questões de gênero e sexualidade; mudanças relacionadas à concepção de alfabetização, dentre outras;
- Indefinições quanto à última etapa da educação básica, o ensino médio, advindas da Reforma do Ensino Médio sem uma ampla discussão (mudanças nas formas de negociação das políticas com os diferentes atores da sociedade);
- Incertezas quanto às condições de implementação da BNCC, face às restrições orçamentárias e seus impactos nos orçamentos de estados e municípios.

IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

“(...)o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas”. (MAINARDES, 2006)

DESAFIOS

Para cada etapa da educação básica se colocam desafios de naturezas diversas, dada a assimetria de condições nas quais o processo que envolveu a elaboração da BNCC assumiu quando se trata da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio.

Os desafios também são diversos quando se trata da formação inicial, a cargo das instituições de ensino superior, e da formação continuada de professores, a cargo das redes.

Em todos os casos é necessário considerar as possibilidades de apropriação e ressignificação da norma curricular à luz dos contextos em que ela é reinterpretada e ressignificada. Cabe a formação de professores construir essas possibilidades.

BNCC E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS

Necessário alinhamento entre a norma curricular e as avaliações:

- ações do INEP no sentido de implementar uma avaliação da educação infantil que incida sobre as condições de oferta; alinhamento entre as matrizes de referência para avaliação da educação básica e a norma curricular, considerando, em especial a nova proposição da alfabetização até o 2º ano da educação básica; **reconfiguração do ENEM face à nova estrutura do ensino médio.**
- ações dos estados no sentido de construir suas propostas curriculares e alinharem a elas seus sistemas de avaliação;

Construção/apropriação de instrumentos de avaliação que permitam monitorar a implementação da norma curricular: avaliação formativa; avaliação da oferta.

POSSIBILIDADES

“ De acordo com Ball e Bowe (Bowe et al., 1992), o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original (MAINARDES, 2006, P.53).

“(…) as estratégias de mudança são decididas e construídas com os professores, garantindo-se sua autonomia profissional e seu controle sobre o processo de trabalho” (CANÁRIO, 2006)

REFERÊNCIAS

CANÁRIO, R. **A escola tem futuro**: das promessas às incertezas. São Paulo: ARTMED, 2006.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo: Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>